

ATA DA 273ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE CONSUMIDORES DE ENERGIA ELÉTRICA DA ENEL DISTRIBUIÇÃO SÃO PAULO - CONSELPA

Aos 23 de agosto de 2023, às 09h00, realizou-se a 273ª Reunião Ordinária do Conselho de Consumidores de Energia Elétrica da Enel Distribuição São Paulo, de forma virtual por meio da plataforma Microsoft Teams e de forma presencial na Sala do CONSELPA na Rua 25 de Janeiro, 320, Luz, São Paulo - SP.

PARTICIPAÇÃO

1.1 Representantes do CONSELPA

1. Sr. Gilmar Ogawa (FAESP | Classe Rural - Titular e Presidente do Conselho)
2. Sra. Dalva Christofolletti P., da Silva (APM | Classe Poder Público - Titular)
3. Sra. Marilene Mariottoni (APM | Classe Poder Público - Suplente)
4. Sr. Jorge Jamal Ayad Badra (FECOMERCIO SP| Titular e Vice-Presidente)
5. Sra. Cristiane Lima Cortez (FECOMERCIO SP| Suplente)
6. Sr. Renato Tichauer (ASSOSÍNDICOS | Classe Residencial - Titular)
7. Sr. Ruy Roberto Oliveira Bottesi (FIESP | Classe Industrial - Titular)
8. Sr. José Erlan Dias Alves (FIESP | Classe Industrial - Suplente)
9. Sra. Michele Agnes de Oliveira Lima (ENEL SP | Secretária Executiva - Titular)

1.1 Convidados

1. Sr. Fabiano Thomas da Cunha (Ouvidor)
1. Sr. Adilsom Moreira (ENEL SP)
2. Sra. Daniela Garcia (IBECON)
3. Sra. Micheli Medeiros (ENEL SP)
4. Sra. Inah Regina (MINSAIT-ENEL SP)

1 PAUTA DA REUNIÃO

Reunião exclusiva com Representantes do CONSELPA

1. Reforma Tributária e sua influência no setor energético;
2. Participação Conselpa na capacitação da REN 963/2021, pela ANEEL;

Capacitação pela Distribuidora aos Representantes do Conselpa apagão - falhas no sistema de transmissão e geração

1. Conceito de sobrecarga;
2. Os sistemas automatizados de proteção do sistema elétrico;
3. ONS - As atribuições no controle e coordenação da operação das instalações de geração e transmissão de energia elétrica;
4. ONS - Sua atuação no gerenciamento do fluxo de energia na rede e no equilíbrio entre geração e consumo;
5. Principais causas, origens e durações das interrupções dos sistemas de geração e transmissão relativos ao sistema elétrico brasileiro;
6. Procedimentos para recuperação da energia elétrica pós apagão;
7. Diversificação da matriz energética, como as fontes renováveis, e sua eventual influência numa situação de apagão;
8. Planos de contingência e procedimentos para lidar com interrupções no fornecimento de energia em situação de colapso em vários estados da federação;
9. CONSUMIDOR - Cuidados após a restauração da energia, para garantir a segurança e a funcionalidade dos seus equipamentos;
10. Possibilidades de solicitar ressarcimento por danos em função do apagão.

2 DESENVOLVIMENTO DA REUNIÃO

A reunião teve início às 9h00, após verificar que havia quórum com as presenças de representantes das classes Comercial, Industrial, Poder Público e Rural.

Sr. Gilmar Ogawa (FAESP | Classe Rural - Titular e Presidente do Conselho) cumprimenta a todos os presentes dando a palavra para Sra. Daniela Garcia (IBECON) que deu continuidade na apresentação referente a Reforma Tributária e sua influência no setor energético, iniciada em reunião anterior onde foram distribuídos os materiais para estudo dos membros sobre o reajuste.

Sra. Daniela Garcia (IBECON) destrincha de forma resumida sobre o quanto impacta a reforma tributária, observando que são diversas áreas que sofrem com esse impacto não somente o de energia elétrica. Explica novamente que pelo tempo escasso colocou algumas observações na apresentação e solicita para Sra. Micheli Medeiros (ENEL SP) que inicie a apresentação:

Novamente com a palavra aponta que a tomada de subsidio sobre o sandbox tarifário foi prorrogado para 18/09/2023 após enviar o formulário para que nós pudéssemos participar, como já havia comentado na reunião passada.

O nosso objetivo é obter subsídios para o aprimoramento de propostas para estabelecer diretrizes para programas de ambiente regulatório experimental (sandbox regulatório) no setor elétrico.

Sendo assim, sabemos que nossa reforma tributária é composta por 5 (cinco) tributos:

1º O IPI (imposto sobre produtos industrializados)

2º O PIS (programa de integração social)

3º A CONFINS (contribuição para financiamento de seguridade social)

4º O ICMS (imposto sobre operações relativas a circulação de mercadorias e sobre prestação de serviços de transporte interestadual)

5º O ISS (imposto sobre serviços)

E como ficaria essa reforma que é a PEC 45/2019 que está hoje no senado para aprovação? Bom, cria-se o imposto IVA Dual que é o composto do CBS Federal (que substitui o PIS, COFINS e o IPI) e do IBS (Imposto sobre operações com bens e serviços), IS (imposto seletivo Federal) e o ICMS e o ISS (subnacional). Lembrando que vamos precisar ficar acompanhando pois serão diferenciados ou favorecidos dependendo da tributação de cada estado.

Sra. Daniela Garcia (IBECON) explica sobre a conquista que tivemos na Lei complementar 194 que nos trouxe um requisito muito importante para energia elétrica considerando esse serviço com o um bem essencial para fins de tributação, porem vamos precisar ficar atentos para ver se a energia elétrica vai continuar sendo considerado um bem essencial, pois ela não foi citada nesta nova reforma.

Lembrando que no material que disponibilizei para o conselho eu cito alguns artigos que a lei complementar traz e que o imposto não incide e não podemos deixar passar em branco pois foi uma conquista de toda sociedade.

Ainda cito os benefícios dessa lei complementar onde as alíquotas do ICMS sobre o insumo que precisam ser compatíveis com essa essencialidade. Pois se houver essa alteração teremos sim um aumento significativo caso não seja aplicado essa alíquota e mantido a essencialidade desse serviço.

Agora falando sobre o outro benefício da lei complementar que é a não incidência sobre encargos setoriais que compõe a tarifa de energia.

As modificações representam redução substancial da tributação de ICMS e incidem sobre as operações de energia elétrica, ela será gradual até 2032 e precisamos acompanhar as Alíquotas dos tributos de todos os setores.

No slide 14 eu trago para vocês como vai ocorrer a transição do atual regime para o novo regime gradualmente e em ano a ano.

Precisamos ficar atentos a falta de esclarecimentos das definições neste período e também onde se encontra a aplicação do imposto seletivo!

Eu fiz um destaque na incidência acumulada do IBS pois ele frustra a essencialidade da energia elétrica!



Sr. Gilmar Ogawa (FAESP | Classe Rural - Titular e Presidente do Conselho) pede direito a palavra pois o tempo foi excedido e menciona que como a temática é extremamente importante podemos criar uma pauta complementar para a próxima reunião.

Sra Dalva pede direito a palavra e diz ter algumas perguntas.

Sr. Gilmar Ogawa (FAESP | Classe Rural - Titular e Presidente do Conselho) aconselha a todos os presentes que reúnam suas questões para encaminharmos a Sra. Daniela Garcia (IBECON) e serão respondidas e afirma; me comprometo em repassar para todos os membros do Conselho terem o mesmo conhecimento, pois não dá para tratar esse tema com a urgência que eles querem.

Sr. Gilmar Ogawa (FAESP | Classe Rural - Titular e Presidente do Conselho) conduz a reunião agora para o próximo item referente a participação da capacitação da Resolução Normativa 963/2021 pela Aneel onde participou junto a secretaria do conselho Sra. Michele Agnes de Oliveira Lima (ENEL SP | Secretária Executiva - Titular) onde fomos convocados pela própria Aneel!

Sr. Gilmar Ogawa (FAESP | Classe Rural - Titular e Presidente do Conselho) complementa que nesta oficina de trabalho foram destrinchadas dentro da Resolução Normativa 963/2021 as dúvidas que surgiram dos 51 conselhos existentes.

Esses conselhos hoje são divididos por grupos de concessionárias, ou seja, hoje estão bem reduzidos.

Bom, a apresentação foi feita em Power Point e eu vou disponibilizar o material para todos do Conselho.

Juntamente vou encaminhar um documento que nós elaboramos em cima da Resolução Normativa 963/2021, são 30 páginas onde os itens em vermelho foram sugeridos alterações após análise de artigo por artigo, e de inciso por inciso, no sentido de estar sendo aprimorado.

Na capacitação o pessoal disse que o objetivo principal não era mexer no texto, mas explicar o conteúdo e as dúvidas que chegaram e que fossem equalizadas dentre todos os conselhos do Brasil!

No artigo 2º, capítulo 1 das definições desta resolução observamos que em função do que está previsto na lei 14300/2022 os consumidores do mercado cativo poderão passar para o mercado aberto. Então, a nossa sugestão inicial, lembrando que não vai implicar na amplitude de atuação dos conselhos do Brasil. Foi que seja alterado de (principais classes de consumo) colocando os representantes das classes A e B seus respectivos subgrupos).

A explicação que foi dada é que a lei 8631 criada em 1993 e não pode ser mudada dando uma abrangência maior!

Então é óbvio que mesmo esse artigo que previu a criação deste conselho, eles terão que ser aprimorados, porque na verdade surgiram outras leis e que essas leis estão modificando de certa forma como os conselhos devem atuar.

[\(Não entendi no áudio se vai ser possível ou não- O áudio está em 46 minutos e 58 segundos do vídeo\)](#)

Dando continuidade no inciso 5:

Os consumidores que forem enquadrados em uma certa classe de consumo, mas não filiados a nenhuma entidade representativa, como por exemplo, um proprietário que tem um imóvel de lazer em uma zona rural, como devem ser representados?

Então a resposta que eles deram é que a partir do momento que o conselheiro é empossado ele passa a ser representante não daquela instituição, mas sim da classe de consumo, se o indivíduo mora na classe rural ele pertence à classe de consumo rural.

E é nesse sentido que nós entendemos que esse inciso 5 não está de acordo criando entidades representativas, porque dê certa forma corta o vínculo do representante com a entidade! Então a nossa visão não pode ser concretizada, houve uma discussão acirrada em cima disso e eu dei uma sugestão dentro do nosso regimento interno.

Nosso regimento interno obriga o seguinte, vou dar um exemplo: se eu for desligado da federação da agricultura eu não posso mais participar da FAESP, então eu tenho que fazer uma comunicação ao conselho e o conselho solicita a entidade quem me substitua. Isso eu coloquei no regimento interno para que de certa forma dê uma cortada nos efeitos do inciso 5. Pois da forma como está no inciso 5, podemos ter casos sem respaldo algum da entidade!

Dentro do plano anual de metas, nós colocamos os problemas que temos com as cooperativas de eletrificação rural e permissionárias, sendo comum a reclamação dos consumidores com a atuação das mesmas. Em especial quanto ao fornecimento de energia elétrica ou sua qualidade.

Então nossa sugestão seria alterar a resolução normativa 963/2021 onde prevê que os conselhos têm uma atuação em defesa desses consumidores com duas propostas, para poder trazer esses consumidores para nós!

Isso enquadra quem estava de testemunha na reunião de São Lourenço da Serra, porque ficaram os consumidores sendo prejudicados pela falta de energia elétrica, onde os mesmos estavam inconformados com a situação de muitas vezes com mais de 5 dias sem energia elétrica, isso levando a muitas perdas, muitas perdas totais de suas produções. O que a gente entende que para a distribuidora as permissionárias são tratadas como um tipo de consumidor a mais para a distribuidora, elas não pertencem a nenhuma das classes de consumo e no processo de revisão tarifaria entra como um consumidor, porque quem fornece energia para ele é a distribuidora.

Nessa situação da capacitação disseram que não poderiam tratar dessa proposta, mas depois o Sr. André Rueli veio com a proposta de marcarmos uma reunião com eles para tratarmos dessa temática.

Eu achei muito interessante pois nós aqui em São Paulo temos várias permissionárias, e todas elas causam turbulências com seus associados.

Sr. Jorge Jamal Ayad Badra (FECOMERCIO SP| Titular e Vice-Presidente) pede a palavra para complementar que segundo o código de defesa do consumidor estariam dentro desta pauta, então mesmo que eles queiram contrariar é só argumentarmos, CDC é claro.

Sr. Gilmar Ogawa (FAESP | Classe Rural - Titular e Presidente do Conselho) sim é interessante, bem pontuado já que é uma lei e federal.

Sr. Gilmar Ogawa (FAESP | Classe Rural - Titular e Presidente do Conselho) aqui no capítulo 2 artigos 3º o conselho é criado pela Lei 8631/1993 e diz que é mantido um percentual das tarifas pagas pelos consumidores e auxiliado na sua gestão pela distribuidora. Por que na verdade o texto original ele remete como se a distribuidora fosse responsável pela criação e manutenção. Mas na verdade quem mantém o conselho são os próprios consumidores através de um percentual que é extraído das tarifas que nós pagamos. E depois nós também entendemos que o conselho além de estar voltado a orientação, análise e avaliação. Que também teria a proposição de contribuições para melhoria, e é uma das coisas que nós temos mais feito.

Nós participamos de audiência pública, participamos de consulta pública, participamos de tomadas de subsídios de reuniões e etc. levando nossas contribuições que não estavam escritas. Então ficou essa dúvida. Nós não estamos só como meros convidados.

Sr. Jorge Jamal Ayad Badra (FECOMERCIO SP| Titular e Vice-Presidente) pede novamente a palavra e diz que em alguns conselhos o ministério público participa e é prerrogativa do ministério público, então eu tiraria!

Novamente com a palavra e em resposta ao apontamento Sr. Gilmar Ogawa (FAESP | Classe Rural - Titular e Presidente do Conselho) afirma: eu sou meio refratário a participação do ministério público dentro da estrutura do conselho, por causa da forma como ele se comporta, pois quando não conseguem impor a vontade dele, ameaçam os conselheiros. Me desculpem falar isso aqui, mas eu já sofri com isso, inclusive com ação civil pública.

Já tive em uma situação em que fizeram a proposta, todo o conselho foi contra, mas pela insistência e ameaça de ação pública o conselho aceitou. E na hora da votação ele se absteve.

Bom de qualquer forma avançamos aqui nas discussões e colocamos aqui alguns aprimoramentos dando uma interpretação um pouco mais exata porque a modalidade aqui é presencial ou virtual e não consta híbrida, e não adianta falar que é subentendido porque pode gerar um problema!



Sra. Dalva Christofolletti P., da Silva (APM | Classe Poder Público - Titular) aproveitando a ocasião desejaria que a Sra. Daniela Garcia (IBECON) estivesse conosco no próximo encontro, hoje, por exemplo observei várias colocações que ela fez sobre o municio e que eu gostaria que ela nos esclarece melhor!

Sr. Gilmar Ogawa (FAESP | Classe Rural - Titular e Presidente do Conselho) sim, por isso, coloco preferencialmente no presencial, pois o diálogo não tem esse delay que a internet muitas vezes nos proporciona de cair o sinal ou travar no meio da reunião.

Sr. Gilmar Ogawa (FAESP | Classe Rural - Titular e Presidente do Conselho) dá continuação nas propostas no capítulo 5 artigos 10 Das atribuições da Distribuidora, inciso III onde o secretário executivo do conselho, cuja função deve ser priorizada para as atribuições do conselho.

Uma das razões é que hoje os conselhos são muito mais acionados do que no passado, hoje se faz necessário ser muito mais ativo do que no passado. O PAN por exemplo é muito mais detalhado e preciso, temos muitos mais relatórios a serem preenchidos.

Sr. Jorge Jamal Ayad Badra (FECOMERCIO SP | Titular e Vice-Presidente) questiona que precisa ser melhor definido as funções dos conselheiros, pois somos voluntários e não remunerados. Sim, entendo, mas excesso de tarefas para o conselheiro não tem sentido, porque isso pertence a um funcionário que é altamente remunerado. Um exemplo seria um conselheiro da Petrobras que ganha trinta mil por mês, não para um voluntariado como nós. Pois já extrapolou o trabalho voluntariado e por isso estou chamando a atenção!

Sr. Gilmar Ogawa (FAESP | Classe Rural - Titular e Presidente do Conselho) eu entendo, mas hoje a secretaria executiva tem uma quantidade de missões que acaba assoberbando o trabalho dela, pois ela não tem dedicação exclusiva só para o Conselho!

Sr. Jorge Jamal Ayad Badra (FECOMERCIO SP | Titular e Vice-Presidente) mas ela é remunerada pela companhia, ela vai ganhar o adicional por trabalhar depois do expediente e no final de semana, nós não somos voluntários e encerra.

Sr. Gilmar Ogawa (FAESP | Classe Rural - Titular e Presidente do Conselho) dando continuidade, nós também propusemos que houvessem emissões de passagens não somente aéreas e terrestres, mas como fluvial e marítima, por que não está previsto, mas os 2 técnicos do correio que estavam presentes discordaram dizendo que este subentendido.

Sr. Gilmar Ogawa (FAESP | Classe Rural - Titular e Presidente do Conselho) como estamos com o tempo ultrapassado vou colocar apenas mais este item que é muito importante sobre os gastos elegíveis, esta questão foi bastante explorada e depois nós vamos passar junto com a apresentação uma cópia desta matéria para vocês terem total conhecimento. Vamos colocar como ponto de pauta para a próxima reunião as dúvidas que vocês tiverem. E vou dar a palavra para o responsável da divisão da diretoria de operações para que possamos entrar agora no item capacitação pela distribuidora de transmissão e geração!

Sra. Dalva Christofolletti P., da Silva (APM | Classe Poder Público - Titular) solicita a confirmação sobre a Sra. Daniela Garcia (IBECON) se, será possível que a mesma compareça presencialmente na próxima reunião? Para que possamos aprovar a reforma tributária e também sobre algumas colocações e gostaria de esclarecer!

Sr. Gilmar Ogawa (FAESP | Classe Rural - Titular e Presidente do Conselho) sim, se todos os membros concordarem nós convocaremos a Sra. Daniela Garcia (IBECON) para a próxima reunião.

Todos aprovaram e Sr. Gilmar Ogawa (FAESP | Classe Rural - Titular e Presidente do Conselho) diz que seria bom fazermos uma reunião extraordinária para concluirmos o assunto da reforma tributária. Sugiro que devido ao feriado, façamos uma análise e envio uma proposta de datas para que todos possam votar e agendamos a reunião.



Sr. Ruy Roberto Oliveira Bottesi (FIESP | Classe Industrial - Titular) sugere que seria interessante entendermos qual a visão da distribuidora e ter um auxílio referente essa revisão tarifária?

Todos concordaram com a reunião extraordinária e sugeriram dia 05 de setembro na base Enel 25 de janeiro com ponto único de pauta e presença da Sra. Daniela Garcia (IBECON).

Sr. Gilmar Ogawa (FAESP | Classe Rural - Titular e Presidente do Conselho) passa a palavra para Sr. Darcio ? (diretor ?) para que dê início a capacitação.

Sr. Darcio após cumprimentos informa que quem irá conduzir com a capacitação será Sr. Adilsom Moreira (ENEL SP) que hoje é o responsável pela área de operações de toda rede de alta tensão da Enel São Paulo, ele tem muito mais conhecimento do tema do que eu mesmo.

Mas antes gostaria de dizer que para nós é uma honra estarmos apresentando como funciona toda nossa atuação.

Vou começar dando um exemplo do fato que ocorreu no dia 15 e que se não fosse pela nossa robustez nos procedimentos, nos equipamentos de sistema de proteção, com a sensibilidade adequada, justamente para permitir que a gente consiga operar um sistema tão complexo quanto o do Brasil. Não teria sido tão bem-sucedida. E por mais que tenha gerado um impacto para alguns de nossos clientes, e o Adilsom vai detalhar em nossa apresentação. Foi uma ação extremamente importante para que não houvesse um blecaute, nós tivemos um corte de carga onde a recuperação e o tempo ou seja o impacto foi bem menor. O Sr. Adilsom Moreira (ENEL SP) deve ter uma imagem que vai poder mostrar para vocês um pouco dessa complexidade do sistema interligado nacional, onde a gente hoje tem um curto circuito que está no norte do Brasil e é sentido também por quem está aqui em uma rede no sul do Brasil. O nosso sistema possui uma robustez muito grande, ele é todo malhado, ou seja, não depende de uma única fonte de alimentação, mas ele também tem uma complexidade de operação elevada. Porque quando você tem tantas fontes e todas elas operando em paralelo, muitas vezes para você preservar um sistema e fazer um impacto menor diante de alguma intercorrência que afete o sistema interligado, tem que ter proteções muito bem parametrizadas, procedimentos muito bem estabelecidos de como e quando restabelecer esta carga. Muitas vezes as pessoas não têm essa visão, o sistema depois que ele sofre por uma perturbação, o retorno dessas cargas precisa ser coordenado com a ANS e tem uma complexidade importante do contexto do nosso dia a dia. São eventos que não acontecem todos os dias, mas nós estamos preparados e no dia que houve o evento a resposta dos sistemas aqui de Enel São Paulo e principalmente dos operadores foi muito positiva. Em termos de efetividade das comunicações com a ANS, com a CETEP, atuação em tempo real no restabelecimento das cargas de forma segura, comunicação com os clientes que tiveram maior impacto do que estava acontecendo. Para nós foi bastante satisfatório.

Mais uma vez o Sr. Adilsom Moreira (ENEL SP) está com o material e ele vai entrar nos detalhes de como foi essa ocorrência, de como atua o operador nacional de sistemas, como é essa organização com os agentes que atuam dentro do sistema e como se dá essa organização com a ANS, ou seja uma visão geral de como são nossos procedimentos, monitoramentos. E como nós respondemos a esse evento e o impacto que nós tivemos neste mês de agosto!

Gostaria de agora deixar a palavra para o Sr. Adilsom Moreira (ENEL SP) e caso tenham algum ponto e sintam a necessidade de haver algum complemento, vamos nos organizar e preparar com a equipe um novo encontro para fazer esse complemento! Quanto mais gente conhecer e vocês são pessoas que estão ligadas diretas aos nossos clientes, são influenciadoras e que possuem uma visão privilegiada do setor e que fazem essa comunicação direta com nosso cliente. Então quanto mais as informações estiverem bem alinhadas em termos de conhecimento será bom para todos! Para nós é uma oportunidade única e nós estamos enxergando com muito bons olhos o compartilhamento dessas informações.

Sr. Gilmar Ogawa (FAESP | Classe Rural - Titular e Presidente do Conselho) agradece toda a atenção e diz ter passado as informações na condição de leigo, e nós teremos mais 2 horas para concluirmos essa capacitação e vocês nos auxiliarem.



E para conhecimento ainda temos disponíveis mais 12 horas para novas capacitações. Agora passo a palavra para Sr. Adilsom Moreira (ENEL SP).

Com a palavra Sr. Adilsom Moreira (ENEL SP) cumprimenta a todos e inicia com uma explanação de uma visão geral do sistema elétrico Nacional, falando um pouco do papel do ONS como agente controlador até o ponto que chegue no papel das distribuidoras.

O ONS é o responsável pelo controle e coordenação de toda operação do sistema de transmissão e geração do país! Temos a parte de Geração, Transmissão e Distribuição.

Toda parte de geração e transmissão é controlada e de responsabilidade da ONS, temos os agentes que são as empresas conectadas e são os responsáveis pelos ativos. E quem faz o controle e a supervisão dos ativos é a ONS.

Nós da distribuição nos conectamos ao sistema interligado nacional e recebemos uma carga do sistema. E quando essa carga é entregue para nós o ONS não é responsável pelo controle do nosso sistema.

Nós como distribuidora teremos que prestar esclarecimento de tudo o que for feito com essa carga para a ONS.

Tudo o que fizermos com a carga e isso envolve vários pontos de suprimento da transmissão, temos que prestar esclarecimentos. Também fazemos parte dos controles de emergência do ONS quando ocorrer um problema no sistema interligado nacional onde você precisar ter um corte de carga, ou um remanejamento da carga de um ponto de suprimento para outro. Então toda parte de geração e transmissão, quem faz a coordenação e supervisão, mesmo não sendo dono do ativo é o ONS.

E quando uma transmissora ou geradora precisa intervir em um de seus equipamentos, ou fazer uma manutenção ou tem equipamentos novos para entrar no sistema interligado nacional, quem faz os estudos e autoriza a entrada do equipamento, mesmo não sendo proprietário é o ONS.

O ONS é um órgão ligado e que presta conta ao Ministério de Minas e Energia de tudo o que está acontecendo no sistema interligado.

O ONS tem centros regionais, controle nacional fica em Brasília, a sede é o Rio de Janeiro e tem os centros regionais como Curitiba, Recife, Rio de Janeiro e Brasília.

Quando falamos de sistema interligado nacional estamos falando dessa malha composta por geradores que é toda geração e toda transmissão.

E quando falamos de empresas de transmissão de energia, estamos falando daquelas empresas que conectam a geração até a carga e até a distribuição.

Essa conexão esse fio que liga a geração a carga que é a distribuição é chamado de transmissão.

O ONS faz toda a análise da distribuidora e em como ela se comporta no sistema interligado nacional e valida tudo isso.

Então, uma nova fonte de alimentação, uma nova linha de transmissão, todos estes estudos elétricos e eletroenergéticos que envolvem a questão do despacho da geração é feito pelo ONS.

É através do procedimento de redes que todos os agentes conectados no sistema interligado nacional, precisam seguir exatamente todos os processos e todas as diretrizes determinadas pela ONS.

E quando falamos de sistema eletro e energético interligado nacional, estamos falando do subsistema que é dividido em Norte, Nordeste, Sul, Sudeste e Centro Oeste.

E o ONS faz o gerenciamento do fluxo de energia que tem de chegar neste subsistema fazendo um balanço de energia e determinando quem vai gerar e para onde vai essa energia sempre visando a otimização desse balanço energético para que o custo seja o menor possível para todos os clientes. Para isso existem os estudos de carga que são anuais, trimestrais, mensais e diários, e todas as distribuidoras conectadas na rede básica que é carga enviada para o ONS e com isso ele faz a previsão e qual vai ser a necessidade de carga para o dia de amanhã. Isso tem um custo e é onde acaba gerando as bandeiras tarifárias.

No mapa da nossa matriz energética podemos observar que a energia fotovoltaica e eólica é o que temos para os próximos anos de crescimento no nosso país e nossa matriz energética, mas devemos observar que como são energias que dependem do vento e da energia solar que você não controla, então traz um desafio muito grande porque precisa estar tudo sincronizado para quando houver estas quedas.



Agora vou falar sobre um dos principais sistemas de proteção coordenados pela ONS, que é o esquema regional de alívio de carga e foi este que atuou no problema que tivemos neste dia 15.

O que este sistema faz é equalizar o balanço de carga em geração ou seja ele tira carga do sistema para evitar o colapso de carga. Por que é melhor eu cortar a carga e preservar a geração no sistema interligado, por que uma vez sanado o problema eu volto com a carga o mais rápido possível sem gerar o colapso. Esse corte acontece automaticamente dentro do sistema sem precisar de uma ação humana, e isso para todo o país, ou seja, este corte é uma proteção!

Sra. Dalva Christofolletti P., da Silva (APM | Classe Poder Público - Titular) e Sr. Jorge Jamal Ayad Badra (FECOMERCIO SP| Titular e Vice-Presidente) questionam que a poluição geral os consumidores finais não buscam a informação e isso deveria ser instruído até mesmo nas escolas.

Sr. Gilmar Ogawa (FAESP | Classe Rural - Titular e Presidente do Conselho) levanta a dúvida se teria algum equipamento necessário para que não aja essa sensibilidade?

Sr. Adilson Moreira (ENEL SP) vou dar um exemplo do metrô que pode ter o sistema de proteção mais sensível dependendo da tecnologia implementada em cada subestação.

Dando continuidade vou mostrar o sistema de ERAC onde fazemos todo o acompanhamento e controle aqui de São Paulo, onde as cargas já estão pré-determinadas, neste acompanhamento nós temos exatamente as cargas que fazem parte deste sistema que fica na sala de operações com nossos técnicos 24 horas por dia. Mostrando em tempo real o que está acontecendo e também fazemos a normatização do setor elétrico.

Mensalmente nos prestamos contas a ONS de como foi o balanço da nossa carga como o balanço se comportou e como o Erac dentro deste balanço. A ONS quer ver a curva de carga da Enel e se tiver um problema quer saber se a efetividade de corte está dentro dos patamares prescritos na regulamentação, e todo agente que é conectado no sistema nacional é obrigado a fazer, desde a indústria que tem uma subestação diretamente no sistema internacional para o CBA.

Essa indústria por exemplo tem uma conexão direta no 440 aqui no interior de São Paulo na linha da CETEP. Imagine que na planta dessa empresa ela tem o ERAC instalado nos mesmos patamares que temos aqui mensalmente.

Então o ponto de transmissão dela é com a CETEP, mas ela responde direto para ONS por estar no sistema interligado nacional.

Dando continuidade o restabelecimento da carga que pode ser manual quando entro em contato com ONS pedindo autorização para restabelecer a carga.

E aqui em São Paulo como temos uma automatização muito forte nas nossas subestações, uma vez ele autorizando, via centro de controle, apertamos o botão e liga a subestação de novo.

Aqui em São Paulo também temos o restabelecimento automático, na subestação temos parâmetros preestabelecidos que a própria subestação vai enxergar a frequência do sistema, se estabilizou a tensão do sistema, ah está tudo ok, então ela mesma religa a subestação.

Todas as nossas solicitações são repletas de automatismo, se perdemos uma linha de alta tensão, nós temos uma outra linha automaticamente para suprir toda a carga, se eu perco um transformador numa subestação, automaticamente eu tenho outros transformadores sem ação humana para repor.

Planos de contingência, todos os agentes conectados e interligados ao sistema nacional devem seguir as instruções definidas nos planos de rede, nós temos aqui em São Paulo as principais instruções de operações a serem seguidas em caso de ocorrência no SIM.

Sr. José Erlan Dias Alves (FIESP | Classe Industrial - Suplente) sugere que o conselho empregue uma verba para o marketing ou uma campanha para orientar e apresentar como funciona em um todo esse serviço, pois não tem nenhum impedimento no regimento.



Sr. Jorge Jamal Ayad Badra (FECOMERCIO SP| Titular e Vice-Presidente) complementa vamos pautar o pedido, pois eu acho justo e colocamos em votação, todos concordaram.

Sr. Jorge Jamal Ayad Badra (FECOMERCIO SP| Titular e Vice-Presidente) quero aproveitar para fazer uma outra proposta, nós temos 3 grandes federações aqui a FECOMERCIO, a FIESP e a Federação da Agricultura, pois hoje nós temos competência de fazer essa proposta para o governador e secretário da educação de incluir na grade curricular do estado de São Paulo, essa matéria que pode ser na grade ambiental, falando de energia, água que é o assunto.

Sr. Gilmar Ogawa (FAESP | Classe Rural - Titular e Presidente do Conselho) pede a atenção de todos e diz que podemos discutir as possibilidades em um outro momento pois precisamos concluir a capacitação e já excedemos o horário, dando a palavra novamente para Sr. Adilsom Moreira (ENEL SP) que inicia explanando e complementando sobre a diversidade da matriz energética.

Sr. Gilmar Ogawa (FAESP | Classe Rural - Titular e Presidente do Conselho) questiona sobre a possibilidade de solicitar o ressarcimento de quem sofreu com o apagão, como a gente explicamos isso para a nossa classe?

Mi Não entendi se teremos essa resposta depois

O Presidente do CONSELPA, Sr. Gilmar, agradeceu a participação de todos, e por não haver mais manifestações dos presentes, encerrou a reunião.

São Paulo, 23 de agosto de 2023.

Gilmar Ogawa
Presidente do CONSELPA

Michele Agnes de Oliveira Lima
Secretária Executiva